

## ARTIGO

### Prebisch: a insuficiência dinâmica e integração\*

*Paulo José Koling/Unioeste*

O presente artigo pretende apresentar o pensamento de Raúl Prebisch, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico latino-americano. Serão sintetizados os principais pontos da “originalidade” do pensamento cepalino<sup>1</sup>, especificamente de Prebisch<sup>2</sup>, da década de 50 e início de 60. Duas questões centralizaram as discussões na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>3</sup> sobre o assunto: uma delas dizia respeito ao desenvolvimento econômico (industrialização) e seus “obstáculos”; a outra, à integração regional enquanto possibilidade de avanço do modelo substitutivo de importações. As principais referências para este assunto foram buscadas no próprio Raúl Prebisch e, dentre outros, nos seguintes comentaristas da temática: Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Francisco de Oliveira, Guido Mantega, Lídia Goldenstein, Celso Furtado e Sidney Dell.

Antes de mais nada, cabe perguntar o porquê da centralidade do desenvolvimento econômico (industrialização) latino-americano na produção (pensamento) de Prebisch? Nas obras e artigos trabalhados, o autor entende que o desenvolvimento, resultante da industrialização, tem uma função social<sup>4</sup>, isto é, está orientado para o bem-estar da coletividade. A aplicação das técnicas modernas na produção industrial e primária beneficiaria o conjunto da sociedade com a elevação progressiva do nível de vida das massas.

É possível perceber, em Prebisch, o paradigma malthusiano<sup>5</sup> do crescimento demográfico e o dilema da fome (crescimento insuficiente da produção)<sup>6</sup>, enquanto condição de marginalidade social, da maioria da população latino-americana: “Na base de dados conjeturais poder-se-ia estimar que cerca da metade da população atual tem uma exígua renda média pessoal, de 120 dólares por ano” (PREBISCH, 1964: 11).

A resposta de Prebisch para esta realidade (situação histórica) foi buscada em outro paradigma da modernidade ocidental: o industrialismo. Ou seja, a confiança na racionalidade instrumental e na potencialidade do fazer humano laboral.

A industrialização seria a resposta para os problemas nacionais e regionais, contemporâneos, dos países latino-americanos que até então eram subdesenvolvidos. Esta proposta também foi buscada na modernidade européia, isto é, na “revolução industrial” (desenvolvimento do capitalismo) como condição para a consolidação das economias nacionais. Para Prebisch, o dilema malthusiano historicamente deixou de ser uma “angústia” e/ou utopia para além do horizonte: “a eliminação da pobreza e seus males inerentes, graças ao enorme potencial da tecnologia contemporânea e à possibilidade de assimilá-la num lapso de tempo muito mais curto do que aquele que se registrou na evolução capitalista dos países mais adiantados” (PREBISCH, 1964: 12).

Ora, ao discutir o processo de desenvolvimento latino-americano, Prebisch, retrata esta realidade do subdesenvolvimento<sup>7</sup> pela existência do problema populacional, da pobreza e de uma economia, em grande parte, ainda baseada no modelo agro-exportador. Para o autor existe insuficiência na dinâmica do desenvolvimento industrial, decorrente dos obstáculos externos (no intercâmbio comercial primário e industrial entre o centro e a periferia) e internos (estrutura social). Sua análise, portanto, objetiva apresentar um diagnóstico desta realidade, particularizando cada fator envolvido, e, dentro dos limites dados, propor historicamente uma ação dinâmica modificadora (modernizante).

Ao abordar o desenvolvimento, Prebisch centra-se em seu processo sincrônico e diacrônico, na estrutura centro-periferia (internacional) e na estrutura interna latino-americana, construindo uma explicação causal dos fatos (situações). Os fatores estruturais produziram e reproduziram esta dependência centro-periferia (dualista)<sup>8</sup> e esta situação persistiria caso não ocorressem mudanças nestas estruturas. Sua crítica perpassa a teoria das vantagens comparativas sobre a especialização da produção e o comércio internacional, a deterioração dos termos de intercâmbio, o estrangulamento do comércio exterior dos países latino-americanos, a insuficiente acumulação de capital interno, a estrutura social tradicional, a estrutura fundiária, etc. Centra sua proposta de mudança na ação dirigida e planejada do Estado, atribuindo-lhe o papel de sujeito das transformações nas estruturais produtivas (reforma agrária, redistribuição de renda) e da mobilidade social; da regulação dos investimentos de origem estrangeira e local; do consumo e da poupança interna; das

relações de trabalho e da dinamização da economia (agente econômico estratégico).

A seguir, serão apresentados os argumentos nórdicos do pensamento prebischiano, procurando historicizar algumas mudanças e complementos da abordagem nas diferentes etapas da formação de seu pensamento (PREBISCH, 1983)<sup>9</sup>.

O ponto de partida do pensamento de Prebisch é sua crítica à teoria das vantagens comparativas (clássica e neoclássica) do comércio internacional<sup>10</sup>. Pela interpretação liberal, o comércio internacional deveria guiar-se pela liberdade de mercado (livre comércio). Para Ricardo<sup>11</sup>, cada país deveria se especializar na produção em que tivesse melhores condições, que, para ele, resultava do menor custo da mão-de-obra. Com o comércio internacional, cada país e sua população acabariam ganhando, pois se tornaria competitivo em determinadas especialidades e compraria de outros países que também teriam o menor custo. Para outros autores (neoclássicos), no estudo comparativo das vantagens devem ser incluídos os demais fatores de produção<sup>12</sup>.

A partir deste raciocínio, os países com produção primária, portanto, especializados nestas atividades, também participariam dos benefícios do desenvolvimento, pois haveria uma distribuição internacional dos ganhos tecnológicos (fatores de produção).

Segundo esta premissa, o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela baixa dos preços seja pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se. Pelo contrário, sua menor eficiência fá-los-ia perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio (PREBISCH, 1949:47)<sup>13</sup>.

Ao contrário da teoria, a realidade do desenvolvimento capitalista não gerou a equivalência do desenvolvimento entre o centro e a periferia. Não só as “vantagens” do progresso técnico concentraram-se nos países centrais, como a condição de periferia não melhorou o nível do progresso técnico dos demais países periféricos e tampouco elevou-se a renda da população.

Conforme afirmam Prebisch e Goldenstein, o corolário da teoria das vantagens comparativas, em pleno século XX, serve mais para legitimar a atual divisão internacional do trabalho (imperialista e monopolista), do que propor a viabilidade do

desenvolvimento nos países periféricos, ao afirmar que nestes a industrialização (modelo urbano-industrial) não seria vantajosa, uma vez que não teriam condições de produzir manufaturas nos mesmos níveis do centro, inviabilizando sua competitividade no mercado internacional. Caberia à periferia importar tecnologia moderna e aplicá-la nas atividades primárias, pois somente nessas seriam competitivos (maior produtividade com menor custo dos fatores). Pela lógica da teoria, estaria aí a contrapartida e sua participação nos ganhos<sup>14</sup>. Ao referir-se a este assunto, Mantega especifica que, para os defensores desta teoria, as vantagens comparativas somente seriam possíveis com a livre concorrência (“forças” do mercado)<sup>15</sup>.

Para Prebisch, onde estaria o “xis” da questão? Havia uma difusão da tecnologia<sup>16</sup>, inclusive na periferia, porém seus resultados divergiam da teoria liberal. Os frutos do progresso tecnológico não eram usufruídos pelos países subdesenvolvidos.

A resposta a esta realidade está em sua outra crítica à estrutura dualista, centro-periferia, do comércio internacional. Pelo movimento estrutural diacrônico, na circulação dos produtos no mercado internacional, as exportações primárias da periferia sofrem a deterioração dos seus preços em relação às importações de manufaturadas originárias do centro.

A deterioração dos termos de intercâmbio ou da relação de preços é, pois, o reflexo (o real) da desigualdade do desenvolvimento capitalista. Seu movimento a reproduz. Na sua obra de 1949, Prebisch sistematiza esta tese:

Desta forma, se os preços houvessem baixado em harmonia com a maior produtividade, tal baixa teria sido menor nos produtos primários que nos industriais; de forma que a relação de preços entre ambos fosse melhorando persistentemente, em favor dos países da periferia, conforme se acentuasse a disparidade de produtividade. Se houvesse ocorrido, esse fenômeno teria sido de profunda significação. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países cênicos, a baixa dos preços dos produtos finais da indústria. Assim, os frutos do progresso técnico ter-se-iam repartido, igualmente, em todo o mundo, segundo a premissa implícita no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria nenhuma vantagem econômica em sua industrialização. Pelo contrário, sofreria uma perda efetiva,

enquanto não alcançasse eficácia produtiva igual à dos países industriais (PREBISCH, 1949:55).

A deterioração dos preços retrata a realidade da relação centro-periferia. Ao estudar o desenvolvimento latino-americano, Prebisch apresenta a concretude estrutural deste tipo de intercâmbio<sup>17</sup>.

A deterioração dos termos de intercâmbio<sup>18</sup> deu consistência à crítica que Prebisch fez da teoria das vantagens comparativas. Inversamente ao que argumentavam os “clássicos e neoclássicos”, não se percebia, pelo comércio internacional, uma “transferência dos ganhos de produtividade dos países avançados para os atrasados, de modo a propiciar maior desenvolvimento destes últimos” (MANTEGA, 1992:35). Pela perspectiva liberal da relação centro-periferia, o paradigma “utópico” da tecnologia destoa da “harmonia clássica dos sons”. Cabe lembrar que, para Prebisch o problema não está na “Coruja da Minerva”.

Mas, onde estaria a origem da deterioração dos termos de intercâmbio? Prebisch foi buscá-la na dinâmica interna do desenvolvimento econômico em cada uma das partes da dualidade manifestas na divisão internacional do trabalho. Esta dinâmica cíclica envolve a contingência da força de trabalho e sua força organizativa, a remuneração dos fatores de produção (salário e lucro) e o padrão tecnológico-produtivo (industrial e primário).

Durante a crescente, uma parte dos benefícios se foi transformando em aumento de salários, pela concorrência dos empresários uns com outros e pela pressão sobre todos eles das organizações operárias. Quando, na minguinte, o benefício tem que comprimir-se, aquela parte que se transformou em ditos aumentos perdeu, no centro, sua fluidez, em virtude da conhecida resistência à baixa dos salários. A pressão se desloca então para a periferia com maior força que a naturalmente exercível caso não fossem rígidos os salários e os benefícios no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, tanto menos possam comprimir-se as remunerações, no centro, tanto mais terão que fazê-lo na periferia (PREBISCH, 1949:59)<sup>19</sup>.

Ao apresentar a realidade do centro (países desenvolvidos da Europa e Estados Unidos), Prebisch entende que a deterioração tem aí o seu cerne. O capitalismo moderno - expressão da “humanidade da tecnologia” (fruto e usufruto dos benefícios

sociais) - melhora as condições de vida da sociedade cêntrica. Ele constrói uma lógica do capitalismo dinâmico: a distribuição dos frutos do progresso técnico resultante da concorrência entre os empresários, o pleno emprego e a força de mobilização classista dos operários. Esta dinâmica não enfrenta maiores problemas durante os períodos de crescimento econômico, porém, o complicador aparece nos períodos de crise (de superprodução), pois os capitalistas não conseguem impor o arrocho salarial dificultados pelas garantias, pela pressão sindical e por não existir um exército de mão-de-obra de reserva no centro. Ora, em função disso, a “socialização das perdas” (pressão cíclica) é transferida, exportada, para a periferia do sistema, a parte mais fraca da economia mundial.

A desorganização característica das massas operárias na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede-lhes de conseguir aumentos de salários comparáveis aos alcançados nos países industriais, ou de conservá-los com a mesma efetividade. A compressão das remunerações - sejam benefícios, sejam salários - é, pois menos difícil na periferia (PREBISCH, 1949:59)<sup>20</sup>.

A deterioração<sup>21</sup> das relações de preços constitui-se no principal obstáculo externo ao desenvolvimento econômico latino-americano<sup>22</sup>, e, à insuficiência dinâmica (estrutural), o obstáculo interno. Ao tratar da exportação da crise à periferia, Prebisch acentua novamente o papel da força de trabalho (pressão e salários), o que dá a entender que tanto a dinâmica quanto a insuficiência, retratam as condições do mundo dos trabalhadores<sup>23</sup>. Todavia, além da deterioração, ou associado a este obstáculo, a periferia latino-americana também se defrontava com outros problemas no estrangulamento comercial.

Outro aspecto da deterioração, presente desde o início do século XX, vem agravando as importações e exportações dos países subdesenvolvidos, pois a queda dos preços dos produtos primários reduz o poder aquisitivo das exportações e a capacidade de importação de tecnologia, por exemplo, exigindo uma quantidade cada vez maior dos primeiros para adquirir a mesma quantidade do segundo.

Em sua obra publicada em 1963<sup>24</sup>, Prebisch trata com mais detalhes o estrangulamento exterior do desenvolvimento latino-americano no comércio periferia-centro, com “as tendências díspares da procura internacional, e as suas conseqüências sobre

as exportações e sobre os seus preços relativos” (PREBISCH, 1964:85). Na “Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americana”<sup>25</sup> o autor não voltou a tratar do movimento cíclico (crescente e minguante), mas das particularidades internas das economias dinâmicas (do centro)<sup>26</sup> e da insuficiência dinâmica do desenvolvimento na América Latina (obstáculos internos).

A dinâmica do capitalismo moderno (maior produtividade-renda) dos países centrais, no pós-guerra, acentua a dependência comercial da periferia. Neles havia um menor crescimento populacional, uma menor procura de alimentos, pois seu crescimento é mais lento (vegetativo) e uma menor procura de matérias-primas resultante das inovações tecnológicas. Por outro lado, o desenvolvimento econômico na América Latina permanece condicionado às estruturas tradicionais do modelo agro-exportador que “freiam” seu avanço dinâmico.

As mesmas razões que explicam a disparidade com que aumenta a procura interna de produtos primários nos nossos países, comparada com a de produtos manufaturados e serviços qualificados, conforme aumenta a renda por habitantes, manifestam-se também no âmbito internacional, embora com características particulares. Por um lado, a população dos grandes centros que adquirem produtos primários latino-americanos, cresce com maior lentidão que a dos nossos países, e isso influi sobremaneira na lentidão da procura. Por outro lado, a elasticidade da procura de alimentos é menor naqueles países do que entre nós, como também é menor a da procura de matérias-primas, devido às transformações técnicas, que diminuem ou eliminam o emprego de matérias-primas naturais, ou as utilizam melhor (PREBISCH, 1964:102)<sup>27</sup>.

Prebisch não desconsidera que a maior elasticidade-renda dos produtos manufaturados seja específica da relação centro-periferia. Como pode ser visto em seu argumento, esta também ocorre no mercado interno dos países periféricos e centrais<sup>28</sup>. Porém, nestes últimos (Estados Unidos e Europa Ocidental), não existem obstáculos à absorção da população deslocada da agricultura e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de garantias à produção primária, mediante fixação de preços internos mínimos, subsídios e medidas protecionistas que garantiriam a estabilidade econômica no setor (PREBISCH, 1964:104-105).

Após a grande depressão e a Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se uma nova ordem no comércio mundial<sup>29</sup>, que vai

combinar práticas protecionistas<sup>30</sup> a nível dos mercados centrais e a liberalização do comércio no sentido centro-periferia<sup>31</sup>.

A crítica a este tipo de estrangulamento exterior é parte integrante da crítica à teoria das vantagens comparativas, pois se os países latino-americanos mantivessem sua especialidade agro-exportadora, dificilmente obteriam as vantagens do progresso técnico. A saída para esta situação de deterioração e estrangulamento era justamente a viabilização da industrialização, eliminando sua insuficiência<sup>32</sup>, e uma nova relação de intercâmbio.

Desde a formação dos Estados Nacionais até a década de 60 deste século, a história econômica latino-americana passou por duas orientações (modelos) distintas de desenvolvimento: o modelo agro-exportador (“para fora”)<sup>33</sup>; e, o modelo de substituição de importações (“para dentro”).

No primeiro, predominava a produção primária (agrícola e mineradora) voltada para o mercado externo, principalmente o europeu e na passagem do século também o norte-americano. O crescimento da economia dependia basicamente da renda das exportações<sup>34</sup>. A industrialização moderna teve seus primeiros passos nas últimas décadas do século XIX, crescendo em determinados setores (bens de consumo e prestação de serviços) nas primeiras décadas do XX. Por sua vez, as técnicas modernas eram empregadas juntamente nas atividades primárias e na infraestrutura necessária à sua comercialização forânea (ferrovias e portos), além de outras na prestação de serviços urbanos (energia, comunicações, etc.)<sup>35</sup>. No caso brasileiro, parte do capital para esta incipiente “modernização localizada” teve sua procedência, origem, dos seguintes grupos sociais (internos e/ou externo): a aristocracia cafeeira (no Sudeste), a burguesia comercial associada, os novos grupos sociais (burocratas, profissionais liberais e imigrantes) e o capital estrangeiro<sup>36</sup>.

O sistema oligárquico-exportador com sua configuração política, burguesia local associada aos grupos imperialistas, caracteriza esta estrutura “tradicional”<sup>37</sup>. As mudanças mais marcantes a nível econômico e político são contextualizadas entre a primeira guerra mundial, a crise dos anos trinta, a segunda guerra mundial e os primeiros anos de reconstrução das economias dos países ocidentais diretamente envolvidos naquele conflito.

Em termos gerais, este período é marcado, na América Latina, como naquele momento que se convencionou chamar de “crise” do “modelo” de desenvolvimento para fora, cujo impacto tornou-

se visível nas relações de poder (no Estado e na sociedade) e nas novas coalizões em torno do espaço “público nacional” (institucional) entre os “novos” e “antigo” atores sociais<sup>38</sup>. Para Tavares, a “crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador” (TAVARES, 1983:32)<sup>39</sup>. A formação do populismo é identificada como a nova configuração do Estado (keynesiano)<sup>40</sup> no Brasil e em outros países latino-americanos<sup>41</sup>. Cardoso e Faletto, com muita procedência, discutem esta crise e a arquitetura das relações de poder: “a crise do sistema oligárquico-exportador, com duplo propósito de assinalar em que forma configuraram-se as novas alianças político-social interna do sistema de poder e a crise da economia mundial” (CARDOSO e FALETTO, 1970:55).

O novo modelo de desenvolvimento substitutivo de importações privilegia a atividade urbano-industrial e destina sua produção para o mercado interno<sup>42</sup>. A política econômica estatal desenvolvimentista (paradigma da modernidade) viabiliza o fomento industrial, seja orientando e financiando a iniciativa privada, ou tornando-se agente econômico e regulador (legislador) dos fatores produtivos. Ao Estado caberia a função diretiva e propulsora na “transição” do “capitalismo agrário” (atrasado) ao “capitalismo industrial” (moderno).

O modelo substitutivo de importações, adotado nos países de “industrialização tardia” (GOLDENSTEIN: 1994:62), não pode ser visto como projeto de desenvolvimento nacionalista fechado e xenófobo<sup>43</sup>. O estrangulamento externo e as dificuldades de importações durante as guerras e a depressão, contribuíram para o incentivo da produção local. Maria da Conceição Tavares trata deste assunto da seguinte forma:

Nada está tão longe da realidade, porém, quanto a esse *desideratum*. Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o *quantum* de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição (TAVARES, 1983:39)<sup>44</sup>.

Francisco de Oliveira critica a visão estruturalista (dualismo centro-periferia) do desenvolvimento substitutivo<sup>45</sup>, que parte do princípio do “vazio no abastecimento” (necessidade de consumo) gerado pela queda das importações. A substituição, desta forma, cobriria este espaço e a industrialização representaria a cristalização da modernidade econômica (moderno: industrial X atrasado: agro-exportador). Ora, para o autor “a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo” (OLIVEIRA, 1987:27).

Parece, assim, que a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, *verbi gratiae*, da acumulação; além disso, as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada que ver com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda, e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma padrão de distribuição da renda, é que “perverte” a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do “atrasado” e do “moderno” (OLIVEIRA, 1987:27).

Para compreender a discussão que Prebisch fez do modelo substitutivo de importações, isto é, da sua insuficiência dinâmica na América Latina, convém frisar algumas diferenças na implantação dos tipos de plantas industriais, ramos produtivos e até suas implicâncias a nível de relação de trabalho e da realização do capital no mercado interno. Tavares distingue duas fases neste processo: a primeira, que vai até 1945, foi a fase da substituição fácil<sup>46</sup> e “se caracterizou, sobretudo, pela substituição dos bens não-duráveis de consumo final” (TAVARES, 1983:37), ou bens de consumo salarial e alguns ramos de bens de capital (empresas estatais)<sup>47</sup>; a segunda, “que abrange o primeiro decênio depois da guerra, transcorreu em condições de menores limitações da capacidade para importar” (TAVARES, 1983:42), e encontrou maiores problemas na substituição dos bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital que exigiam elevadas quantidades de capital, tecnologia e mão-de-obra qualificada.

À medida porém que se avança no processo de substituição e se entra, em particular, nas faixas de bens duráveis de consumo, o crescimento relativo do mercado passa a dar-se basicamente em termos verticais, ou seja, explorando o poder de compra das classes de altas rendas. Isto se deve a dois motivos fundamentais: 1) a alta densidade de capital por unidade de investimento e de produto impede a absorção de grandes quantidades de mão-de-obra; 2) o alto valor unitário dos bens produzidos só permite a incorporação aos mercados consumidores de reduzidas camadas da população (TAVARES, 1983:49-50).

Na crítica à teoria das vantagens comparativas e à deterioração dos termos de intercâmbio, Prebisch enfatiza a determinação das estruturas externas (divisão internacional do trabalho) sobre o desenvolvimento da América Latina. O outro núcleo da sua crítica pode ser entendido como crítica às estruturas internas da própria periferia, porém não cindidas das anteriores (dualismo).

Sua crítica às condições internas, em 1949 (PREBISCH, 1949)<sup>48</sup>, voltou-se ao círculo vicioso da tríade deficitária: falta de produtividade, falta de capital e falta de poupança interna. “Com efeito, a produtividade é, nesses países, muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em razão dessa baixa produtividade (PREBISCH, 1949:72).

Cada uma destas partes da estrutura deficitária<sup>49</sup> teriam, segundo ele, as seguintes origens circulares: - a produtividade, decorria da falta de progresso técnico que por sua vez se refletia nos níveis de remunerações e falta de capital (investimentos produtivos); - o capital, pela “escassez típica de poupança” interna (PREBISCH, 1949:73); - a poupança, pela baixa produtividade e as formas impróprias de utilização do capital<sup>50</sup>, pois as camadas superiores têm “formas de consumo próprias de países de alta produtividade” (PREBISCH, 1949:73).

As soluções para esta estrutura deficitária com seus problemas seriam: uma, empréstimos de capital estrangeiro “para suprir a deficiência de poupança nacional” (PREBISCH, 1949:72), desde que bem encaminhados; outra, a ação do Estado no que se refere ao planejamento econômico (fomentar indústrias dinâmicas), a captação do capital estrangeiro, “estimular a inversão de grande parte dos lucros e remunerações” (PREBISCH, 1949:75), através dos impostos, controle cambial e das importações, da inflação<sup>51</sup>, etc.

A América Latina estava encontrando problemas em seu

desenvolvimento econômico. Portanto, caberiam medidas para fazer avançar o processo, aumentar a produtividade e a renda média<sup>52</sup>. Estava faltando dinâmica ao modelo substitutivo das importações.

Prebisch critica a insuficiência (falhas) do modelo de substituição das importações e, indiretamente, o caráter conservador do desenvolvimento (industrialização) que não resolveu o problema da melhoria das condições de vida das massas<sup>53</sup>.

Por uma parte, era claro que este processo (pelo menos nos países periféricos mais avançados), havia esgotado quase por completo as possibilidades de substituição de importações para o mercado interno dos bens de consumo não duráveis. Em conseqüência, era necessário a iniciação de formas de industrialização mais complexas e difíceis em bens intermediários, de capital e de consumo durável que requerem mercados mais amplos (PREBISCH, 1983:1084).

Sua análise também se voltou ao cenário internacional, entendendo que havia a necessidade de um redirecionamento e uma implementação da pauta das exportações dos países periféricos no comércio internacional (exportar para outros países) no pós-guerra, considerando o restabelecimento da "ordem" liberalizante no comércio internacional<sup>54</sup>:

surgiram algumas possibilidades novas para a periferia e eu aconselhei uma política de estímulo para a exportação de manufaturas dirigidas para os centros, além de fortalecer as relações comerciais dentro da periferia (PREBISCH, 1983:1084).

A crítica mais acentuada às estruturas internas que obstaculizavam<sup>55</sup> o desenvolvimento está mais detalhada em sua obra "Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano, publicada pela primeira vez em 1963, especialmente na segunda parte: "os fatores estruturais internos" (PREBISCH, 1964:32-82). Se em 1949 o desenvolvimento enfrentava problemas externos e internos, em 1963, esses fatores são vistos como obstáculos. Em outras palavras, na sua análise, as estruturas externas<sup>56</sup> e internas freiam o desenvolvimento "normal" do capitalismo na América Latina. Somente com mudanças profundas nas estruturas seria possível eliminar esses obstáculos internos<sup>57</sup>.

Os males que afligem a economia latino-americana não correspondem a fatores circunstanciais ou transitórios. São expressões da crise da ordem de coisas existentes e da escassa aptidão do sistema econômico - por falhas estruturais que não soubemos ou pudemos corrigir - para lograr e manter um ritmo de desenvolvimento que corresponda ao crescimento da população e às suas exigências de rápido melhoramento (PREBISCH, 1964:11).

O modelo de desenvolvimento substitutivo de importações, a via tupiniquim da transição ao capitalismo moderno, não estava avançando suficientemente para atingir a modernidade. Prebisch tinha presente que a transição ao capitalismo dinâmico exigiria um certo tempo. Entretanto, a premência na solução dos problemas da pobreza, necessitaria de soluções saudáveis na esfera do capitalismo (função social da tecnologia moderna), antes que a saída tomasse rumos radicais<sup>58</sup>. A transição normal à modernidade, isto é, a "via" espontânea e natural da concorrência entre os capitalistas, tardaria muito, cabendo então a possibilidade de acelerar a dinâmica econômica.

Para que a industrialização resultasse na equidade social (melhoria da renda) era preciso, por um lado, "acelerar o ritmo de desenvolvimento" (PREBISCH, 1964:43) através da utilização racional dos fatores produtivos (mão-de-obra/empregos, capital/poupança, terra/reforma agrária), por outro, redistribuir a riqueza (renda, terra e tecnologia). Em ambas as questões era peremptória a ação do Estado.

Era impostergável dar um salto qualitativo à forma de desenvolvimento (capitalismo moderno)<sup>59</sup>. Para ele, historicamente, era possível pensar e realizar a aceleração do desenvolvimento<sup>60</sup>.

A necessidade do salto dinâmico (capitalismo social) pode ser vista como uma crítica aos limites do desenvolvimento conservador. Algumas estruturas da sociedade tradicional permaneceram e obstruíram os novos avanços na industrialização, ou seja, o desenvolvimento alcançado até então manteve grande parte da sociedade excluída da riqueza socialmente produzida e até agravou a marginalidade social e democrática.

A tríade, apresentada anteriormente, é retomada e acrescida de elementos estruturais e da inadiabilidade da mudança. Um primeiro núcleo de obstáculos eram: a insuficiente absorção da mão-de-obra, da acumulação de capital e da estrutura fundiária.

A visão deficitária é complementada com a análise da concentração da riqueza.

A insuficiente absorção produtiva da mão-de-obra era resultante dos desníveis entre o crescimento populacional (deslocamento da população economicamente ativa) e o crescimento econômico: "A exígua taxa de cerca de um por cento anual, com que vem crescendo desde meados do decênio anterior a renda por habitante no conjunto da América latina é prova concludente da insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano" (PREBISCH, 1964:33)<sup>61</sup>.

Esse desnível arava a exclusão social e a marginalização econômica que pode ser sintetizada nos problemas do desemprego e da pobreza: "Uma proporção sensível do aumento da população ativa não se absorve satisfatoriamente no processo produtivo; permanece à margem do desenvolvimento econômico" (PREBISCH, 1964:33)<sup>62</sup>.

Este agravante encontrava na estrutura fundiária sua origem básica (latifúndio agro-exportador e baixa renda). A demografia latino-americana ainda se caracterizava pela concentração rural no qual, inclusive, seu crescimento era maior<sup>63</sup>. O deslocamento da população rural para os centros urbanos, causado pela deterioração dos termos de intercâmbio na economia interna e a aplicação de tecnologia substitutiva de mão-de-obra nas atividades primárias, aumentava o problema estrutural da absorção (exército industrial de reserva)<sup>64</sup>. Ao mesmo tempo, no meio urbano, já havia a exclusão de parcela da mão-de-obra produtiva nas atividades absorventes (indústria, construção civil e mineração) e indícios de inchaço nos serviços (atividades não-produtivas), sem contar com seu próprio crescimento vegetativo.

O êxodo rural já manifestava aspectos do tipo e da forma de uso da tecnologia nas atividades agrícolas (modernização), sem mudança na estrutura fundiária. Pelos dados apresentados na Tabela - 02, sobre a América Latina, num período de 39 anos (1930-1969) houve a transferência de 21% da força de trabalho do meio rural para o meio urbano, de 63% caiu para 42%, respectivamente. Isto, é bom lembrar, numa região periférica e subdesenvolvida.

Esta rapidez no movimento demográfico do êxodo rural latino-americano pode ser comparada, com pouca diferença, com o mesmo processo nos Estados Unidos (35 anos) e Suécia (34 anos). Pelos mesmos dados, da referida tabela, na América Latina e período enfocado do êxodo rural foi bem mais curto do que na

própria Itália (90 anos) e França (94 anos). No entanto, observa-se que existe uma diferença marcante no período histórico de realização desse movimento. Enquanto que nos EUA, Suécia, Itália e França ele teve início e até a conclusão, durante a segunda metade do séc. XIX, na América Latina, o mesmo iniciou praticamente no final dos demais<sup>65</sup>.

Para Prebisch, esta “congestão da mão-de-obra excedente é uma característica do desenvolvimento latino-americano” (PREBISCH, 1964:36), cuja explicação está na insuficiência dinâmica do sistema. Esta reflete o “desequilíbrio entre a produtividade e os investimentos” (PREBISCH, 1964:38).

Aqui retorna o círculo vicioso: o nível de ocupação da mão-de-obra nas atividades absorventes era negativo, pois não existia capital acumulado (poupança) suficiente para ser investido na geração de empregos compatíveis ao crescimento da força de trabalho; o capital era insuficiente porque havia uma concentração da renda e o consumo improdutivo das camadas superiores; ocorriam casos de investimentos em tecnologia substitutiva de mão-de-obra que agravava a exclusão<sup>66</sup>.

Para que ocorresse um salto de produtividade com “justiça social”, segundo Prebisch, era preciso: “De um lado, mediante uma mais intensa acumulação de capital e a melhor utilização do capital existente. Por outro, com o emprego mais racional do capital nas aplicações mais vantajosas do ponto de vista da absorção de potencial humano” (PREBISCH, 1964:42).

A insuficiente acumulação de capital, já levantada no círculo vicioso, exigia medidas compulsórias de poupança e restrições ao consumo. As camadas superiores representavam em torno de 5% da população e consumiam quase três décimos (3/10), os 50% mais pobres, consumiam dois décimos (2/10) e as camadas médias, 45% da população, consumiam os outros cinco décimos (5/10) (PREBISCH, 1964:43). Esta concentração de renda e do consumo mostrava que os 5% mais ricos consumiam, em termos gerais, 15 vezes mais do que os 50% mais pobres. Logo, seria urgente uma redistribuição de renda<sup>67</sup>.

Diante desta situação, para acelerar o ritmo de desenvolvimento, fazia-se necessário a “contribuição temporal de recursos internacionais, até que a substituição e o aumento das exportações permitam[issem] o emprego interno e externo da maior reserva que se obtenha[ria] através da limitação do consumo” (DELL, 1966:44). Outrossim, não bastaria simplesmente a limitação do consumo, em si, para acumular

internamente capitais, também se fazia necessário investir adequadamente. O livre jogo das forças do mercado também era insuficiente para esse salto.

O obstáculo da terra foi um dos elementos novos no pensamento de Prebisch para explicar a insuficiência. O campo representava a realidade mais crônica do subdesenvolvimento latino-americano e o fim da cadeia do estrangulamento externo (exportação) e interno. Seu lado mais pobre, tradicional e excludente. Na agricultura concentrava-se a metade mais pobre dos pobres<sup>68</sup> e onde os trabalhadores eram mais explorados. As leis trabalhistas não “chegavam” até o campo. Os trabalhadores rurais sofriam a discriminação previdenciária e seu grande número dificultava a luta sindical. Sem força de pressão, não conseguiam melhorar seus salários. O campo era a periferia da periferia.

Três “problemas” refletiam esta situação: “o regime de posse da terra, que dificulta[va] a assimilação da técnica, a ação deficiente do Estado, para adaptar e difundir essa técnica, e a precariedade de investimentos” (DELL, 1966:18).

Para Prebisch, a eliminação deste obstáculo teria que passar inevitavelmente, pela reforma agrária (redistribuição de renda) e pela modernização da produção agrícola, utilizando porém tecnologia adequada, pois também no campo a simples introdução de tecnologia moderna substitutiva de mão-de-obra acabaria agravando a própria insuficiência.

A reforma agrária é necessária impostergavelmente por três razões primordiais: a) realizar uma mudança estrutural que permita aproveitar intensamente o potencial de poupança e promova a mobilidade social, com importantes conseqüências econômicas, sociais e políticas; b) satisfazer a procura de uma população que cresce rapidamente e tem que melhorar sua dieta, e c) elevar o nível de vida das massas rurais (DELL, 1966:52).

A mudança da estrutura fundiária teria que atingir, mediante a reforma agrária, o latifúndio improdutivo que não desempenhava a função dinâmica (social), e, o minifúndio “anti-econômico”, que Prebisch julgava inviável.

Novamente o Estado deveria desempenhar a função diretiva e técnica na desobstacularização da insuficiência da terra. Ao Estado caberia “agir racional e deliberadamente” (DELL, 1966:20) na realização da reforma agrária, no incentivo aos produtores diretos, na difusão e uso da tecnologia adequada, e, na defesa da

relação de preços (redistribuição geográfica da renda), para que a “agricultura possa [pudesse] reter o fruto de seu progresso técnico” (DELL, 1966:18)<sup>69</sup>.

Na análise da insuficiência também se percebe a crítica à forma conservadora de desenvolvimento expressa na preservação da estrutura social agro-exportadora, com seus privilégios nas atividades econômicas e nas relações políticas. “O movimento de industrialização não modifica de maneira radical essa ordem de coisas” (PREBISCH, 1964:58).

Parte da insuficiência era originária da falta de mobilidade social. A grande discrepância que existia entre as camadas sociais (altas 5%, baixas 50% e médias 45%) e a notada concentração da riqueza, já eram em si fatores estruturais que inviabilizavam o potencial criativo dos elementos dinâmicos individuais. Esta estratificação social se reproduzia nos quadros dos elementos dinâmicos da época. “Desperdiçamos um potencial humano considerável, pois muito poucos são os elementos dinâmicos que surgem de baixo, das camadas sociais inferiores e médias da sociedade” (PREBISCH, 1964:60).

A liberação dos elementos dinâmicos seria viabilizada pela igualdade de oportunidades na educação<sup>70</sup>. A educação, portanto, seria um dos meios para a ascensão social destes elementos dinâmicos provindos das camadas médias e inferiores. Todavia, o maior obstáculo à mobilidade, segundo Prebisch, continuava sendo a estrutura distributiva de renda.

O conservadorismo da “modernização” também garantia os privilégios nas atividades econômicas ligadas à terra e à indústria. A reprodução dos privilégios nas atividades agrícolas decorriam da preservação da estrutura fundiária pretérita que obstacularizava seu incremento dinâmico: “Sabemos que as grandes desigualdades na propriedade do solo agrícola conspiram contra a aplicação das técnicas modernas de exploração intensiva: a grande propriedade, porque dá renda vultosa sem fazê-lo; e a propriedade muito pequena por sua ineficiência” (PREBISCH, 1964:61).

Os privilégios na indústria, diferentemente dos da terra, que tinham origem pretérita, eram mais recentes, ou melhor, circunscreviam-se ao modelo de substituição de importações: “Na indústria também se debilitaram os incentivos ao progresso técnico em virtude do privilégio da proteção exagerada” (PREBISCH, 1964:61). Durante a primeira fase do processo substitutivo a proteção (adequada) do mercado interno da concorrência

estrangeira era salutar para sua consolidação. Entretanto, uma vez atingido este nível inicial, a proteção deveria ser reduzida para que, na livre concorrência, o dinamismo do progresso técnico habilitasse a indústria nacional para competir no comércio internacional. “Livre iniciativa e competência são dois aspectos inseparáveis, porque aquela sem esta debilita-se fatalmente no privilégio” (PREBISCH, 1964:63).

Prebisch assinalou que a falta de competitividade da indústria local tinha, na proteção exagerada, nas práticas limitadoras da concorrência e, às vezes, até nas combinações virtuais do tipo monopólio, as bases do seu privilégio (PREBISCH, 1964:62). Enquanto que esses privilégios fossem mantidos na produção, a insuficiência marcaria o desenvolvimento conservador e não se atingiriam os níveis dinâmicos das indústrias (bens de consumo duráveis, bens de capital, bens intermediários). Enfim, manter-se-ia o círculo vicioso do subdesenvolvimento (estagnação, inflação, déficit comercial e público).

A crítica da insuficiência revela a dualidade entre o tradicional e o moderno da economia latino-americana. Ao combinar estes dois elementos, o capitalismo (técnica moderna) não conseguiu resolver os problemas na América Latina, revelando sua ambigüidade dual. Na periferia persiste diacronicamente,

um alargamento da brecha existente entre o “setor capitalista” relativamente desenvolvido e o “setor de subsistência” extremamente subdesenvolvido. Isto não só impedirá que aquele atue como motor dinâmico do sistema como um todo, como muito provavelmente, acabará por frear o seu próprio dinamismo interno (TAVARES, 1983:58).

Este conservadorismo, da época do desenvolvimento para fora, também era marca da forma de ação do capital estrangeiro na América Latina, com seus investimentos enclavistas ou voltados ao mercado externo. Na falta de poupança interna, produtividade e consumo improdutivo de capital, a ajuda do capital estrangeiro (empréstimos e investimentos) era fundamental para o impulso inicial, porém, desde que voltado à solução dos problemas da insuficiência. Conforme Mantega, a crítica ao imperialismo era feita à sua forma comercial<sup>71</sup>. Para romper com a insuficiência “a empresa estrangeira tem que ser um núcleo de irradiação tecnológica” (PREBISCH, 1964:70)<sup>72</sup>, voltada aos interesses

nacionais e respeitando as práticas saltares de concorrência no mercado interno<sup>73</sup>.

Cardoso e Faletto, ao tratarem do desenvolvimento nos anos 50, mostram que o período foi marcado pela participação produtiva e dinâmica do capital estrangeiro na América Latina:

na década de 50, o movimento internacional de capitais caracterizou-se por um fluxo - de curta duração - de transferência de capitais do centro para a periferia; as corporações industriais passaram a atuar como investidoras, o que constitui uma novidade com respeito ao esquema anterior de aplicações claramente financeiras ou de empréstimos à infra-estrutura; houve, portanto, "pressões em favor de novos investimentos" (CARDOSO e FALETTO, 1970:112)<sup>74</sup>.

Outra forma de privilégio era encontrada na própria estrutura do Estado que não se modernizou. Formas pretéritas eram perceptíveis na prática do clientelismo e na falta de uma burocracia moderna (elementos dinâmicos) (WEBER, 1986:128-131). A insuficiente absorção da mão-de-obra nas atividades produtivas, inchava os setores de serviços, incluindo o próprio Estado (administração pública) e a economia informal. Entretanto, ao Estado caberia a função de solucionar estes problemas através do planejamento e da orientação da iniciativa privada e não da sua própria reprodução.

Mas, por que caberia ao Estado a tarefa, "de Prometeu", de libertar a sociedade latino-americana das correntes (obstáculos externos e internos) da dependência periférica? A resposta a essa interrogação pode ser buscada na concepção de Estado em Prebisch/CEPAL. Nele(a) "o Estado é tido como o pivô do desenvolvimento, pairando acima dos interesses específicos das classes e sendo o principal agente da política econômica da Nação" (MANTEGA, 1992:43). Ele é o sujeito do desenvolvimento e regulador dos fatores de produção. É o mediador dos interesses particulares e coletivos no desenvolvimento.

Ora, para Prebisch a correção da insuficiência dinâmica da industrialização era tarefa do Estado, pois, "é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países adiantados" (PREBISCH, 1964:20).

Na América Latina a insuficiência também estava na própria

iniciativa privada: “o empresariado era ‘fraco’ para, sozinho, liderar o processo de industrialização do país” (GOLDENSTEIN, 1994:62)<sup>75</sup>. O simples jogo das forças do mercado (interesses particulares) não era suficiente para dinamizar a industrialização global com redistribuição de renda. De certa forma essa neutralidade conservadora dizia respeito a própria “fraqueza” do mercado, mas também resultava da opção da iniciativa privada pelos ganhos de privilégio e imediatos das altas taxas de lucro, ao preferirem investir em tecnologias substitutiva de mão-de-obra.

Na economia também caberia ao Estado desempenhar o papel estratégico, suprimindo as lacunas da iniciativa privada, ou financiando-a, transferindo renda e tornando-se agente produtivo de base, seja investindo nos setores de “bens e serviços estratégicos (...), onde os investimentos demoram um tempo relativamente grande para frutificar” (PREBISCH, 1964:79); ou mesmo sendo necessários esses investimentos nesses setores que não interessavam à iniciativa privada.

Em suma, ao Estado caberia a função estratégica de viabilizar e conduzir o desenvolvimento dinâmico.

Uma vez apresentadas as idéias sobre a insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano, tratar-se-á da outra preocupação de Prebisch/CEPAL: a integração regional enquanto possibilidade de avanço do modelo substitutivo de importações.

A partir da segunda metade da década de 50, a integração passa a ser um dos temas centrais da CEPAL e projetada como alternativa à industrialização. Os “anos dourados” do crescimento substitutivo não voltavam mais<sup>76</sup>. No centro, o capitalismo atingia novos padrões produtivos com seus reflexos na ordem internacional: “a reconstrução da economia mundial havia se completado com a reorganização do sistema internacional de comércio e pagamentos, baseado em considerações de eficiência econômica” (PREBISCH, 1983:1084). A própria integração regional dos países europeus, centro do sistema capitalista, concretizada na formação do Mercado Comum Europeu (MCE), em 1957, e seus bons resultados econômicos serviram de exemplo aos países latino-americanos, bem como refletiram nos fluxos comerciais externos destes com a adoção de medidas restritivas no bloco central.

Na América Latina, a integração passou a ser defendida pela CEPAL como alternativa ao estrangulamento externo e saída à insuficiência dinâmica (estrangulamento interno) da segunda fase do modelo substitutivo de importações: “o mercado comum se impõe como outra das medidas para a correção da tendência

para o estrangulamento exterior, e para promover a economia daquele processo industrializador” (PREBISCH, In: WIONCZEK, 1966:110)<sup>77</sup>.

Mais tarde, por volta do fim da década, a CEPAL incorporou à sua luta pela industrialização e pela programação econômica a idéia da integração. Passou a propor e a implementar a formação de “mercados comuns” latino-americanos: a ALALC e o Mercado Comum Centro-Americano. Não é difícil perceber que por trás destes esforços permanece a mesma idéia da estreiteza do mercado - a busca da ansiada escala para os investimentos - e a noção política de que através de “blocos” talvez fosse mais fácil contrapor-se aos interesses do Centro (CARDOSO, 1993a:56).

Para Prebisch, os fatores do estrangulamento externo e interno do desenvolvimento latino-americano poderiam obstacularizar a formação do mercado regional. Como bom keynesiano, sua proposta de integração combina práticas salutaras de mercado e planejamento governamental. Na primeira, estaria sua almejada lapidação da iniciativa privada (elementos dinâmicos) que, uma vez submetida à concorrência (“motor” do progresso técnico) no mercado regional, poderia obter ganhos de produtividade dinâmicos (relação capital/trabalho)<sup>78</sup>. A formação de “um mercado de extensão regional tornará possível obter as vantagens de grandes economias de escala e especialização regional” (DELL, 1966:33).

Se tivesse ocorrido a redistribuição de renda no meio rural (reforma agrária) e urbano (absorção produtiva da mão-de-obra) nos países de maior desenvolvimento na América Latina (Brasil, Argentina, México e Venezuela, principalmente), ou em todos eles, pela lógica, as indústrias dinâmicas não precisariam ser direcionadas às camadas altas, pois as vantagens da economia de escala já seriam realidade ou já estariam colocadas em seus mercados internos. Em parte, a integração era vista, apontada, como alternativa de expansão da economia de escala para esses setores.

A integração não poderia ser uma saída conservadora na modernização. Ao pensá-la, Prebisch também não pretendia reproduzir regionalmente a estrutura da relação centro-periferia (deterioração dos termos de intercâmbio). Ao contrário. Toda a crítica ao estrangulamento externo e interno foi incorporada à proposta de substituição regional das importações<sup>79</sup>. E é nesta

questão que o autor recoloca a ação dos Estados latino-americanos na estruturação do mercado regional.

Os que pretendem entrar diretamente no Mercado Comum com total liberação de direitos esperam que o livre jogo das forças econômicas resolva todos os problemas, sem qualquer ação planejadora. Mas essa ação não é incompatível com a competição, que é indispensável à eficácia do sistema econômico em que vivemos. Embora pareça paradoxal, é necessária uma intervenção no livre jogo, para criar condições adequadas ao funcionamento da competição. Intervenção impessoal do Estado, que oriente, ampare e estimule, mas que não perturbe nem impeça arbitrariamente a conduta dos indivíduos na vida econômica (PREBISCH, 1964:113-114).

Onde caberia a ação planejadora do Estado? Na condução do processo de integração setorial da economia com suas reduções tarifárias internas e na equidade dos ganhos para todos os países (princípio de reciprocidade). Prebisch destaca três setores: a agricultura, as indústrias de crescimento vegetativo e as indústrias dinâmicas.

As assimetrias no desenvolvimento dos países latino-americanos exigiam medidas governamentais equilibradas para cada caso, pois o simples jogo das forças do mercado poderia agravar as desigualdades e eliminar os avanços conseguidos até então com o modelo substitutivo.

Nas atividades agrícolas, era importante manter a produção tradicional voltada ao mercado externo, pois continuavam sendo uma das fontes superavitárias financiadoras das indústrias substitutivas, além da importância destes produtos na pauta de exportações.

Já sua produção, voltada para o mercado interno regional, teria que passar por um período de harmonização das assimetrias. As grandes diferenças das terras cultivadas (fertilidade natural do solo) da agricultura nestes países (produtividade e renda da população rural) deveriam passar por um programa de desgravação tarifária de médio prazo. As leis de mercado poderiam incentivar a aplicação de tecnologias substitutivas de mão-de-obra que agravaria o êxodo rural (modernização conservadora).

Na agricultura, os produtos de exportação tradicionais estão sujeitos a um compromisso de abolição total das

tarifas, que deverá realizar-se nos próximos dez anos. Mas não basta tomar um compromisso dessa natureza e deixar que tudo se arranje por si só. É necessário formular programas de distribuição racional da produção dentro da zona, que não somente levem em conta a presente demanda mas, também, o considerável crescimento da demanda futura que obrigará a cultivar as terras de produtividade muito desigual (PREBISCH, In: WIONCZEK, 1966:164)<sup>80</sup>.

As indústrias de crescimento vegetativo, “em que a demanda só aumenta paulatinamente com o crescimento da população” (PREBISCH, In: WIONCZEK, 1966:164), principalmente as setorizadas nos bens de consumo não-duráveis e salariais, que orientavam sua produção para o mercado interno, poderiam encontrar, no mercado regional, possibilidades de crescimento, contudo, ter-se-ia que corrigir a proteção exagerada com desgravamento escalonado. “É certo que a redistribuição da renda daria notável impulso a estas indústrias, facilitando a sua adaptação às exigências do mercado comum” (PREBISCH, In: WIONCZEK, 1966:164).

No entanto, igual à agricultura, o livre-cambismo em uma economia de escala poderia incentivar os empresários a investirem em tecnologias mais avançadas, substitutiva de mão-de-obra, para aumentarem seus lucros.

A formação do mercado regional, com sua economia de escala, poderia dar um grande impulso às indústrias dinâmicas (bens de consumo duráveis, intermediários e de capital), requisito que Prebisch julgava necessário para o avanço do modelo de substituição de importações, ou seja, alcançar o capitalismo dinâmico.

A regionalização da substituição de importações nos ramos dinâmicos, necessitaria de planejamento com a complementação intra-indústrias, otimizando os investimentos, evitando a duplicidade de plantas industriais e programando a instalação das novas indústria dinâmicas.

A fim de obviar esse obstáculo, talvez fosse conveniente que os acordos de complementações fossem preparados e negociados simultaneamente para uma gama ampla e variada de atividades industriais, de forma que cada país

tivesse maior facilidade em obter a indispensável reciprocidade no desenvolvimento de novas indústrias capazes de competir no mercado comum (PREBISCH, 1964:119)<sup>81</sup>.

Por serem o núcleo do dinamismo industrial, estes setores, para se tornarem competitivos, não poderiam ser beneficiados pelo protecionismo exagerado. Para estes produtos, as tarifas alfandegárias internas deveriam passar por uma desgravação mais rápida para igualá-los aos níveis internacionais.

O mercado regional daria base à ruptura do estrangulamento externo, além disso, habilitaria a produção regional à concorrência no mercado internacional com exportações de produtos tecnológicos para o centro do sistema capitalista.

Prebisch compreende o mercado regional como meio para a redução das assimetrias no desenvolvimento. O princípio da reciprocidade tinha como propósito evitar a deterioração e o estrangulamento dos países de menor desenvolvimento econômico: “Nenhum país associado poderia pretender derivar da Zona mais vantagens do que as que concede” (PREBISCH, 1964:119).

Apesar de não ser o objetivo dessa discussão, porém oportuno, cabe apresentar algumas críticas ao pensamento de Prebisch/CEPAL.

Tavares contesta o ponto de partida de Prebisch em relação à insuficiência interna, pois “não aponta para as diferenças entre os interesses dos grupos dominantes na América Latina e o interesse nacional” (TAVARES, 1983:157).

Cardoso e Faletto, ao discutirem a dependência e desenvolvimento, discordam da determinação externa na relação centro-periferia: “a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relação entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes” (CARDOSO e FALETTO, 1970:31). Também discordam do referencial “etapista” do sistema produtivo na definição de economia desenvolvida ou subdesenvolvida (dualismo centro-periferia), propondo a inclusão, na discussão, da “função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição” (CARDOSO E FALETTO, 1970:26).

Cardoso apresenta uma síntese da crítica liberal e marxista das idéias cepalinas que merece indicação (CARDOSO, 1993a:40-

52). Ao comentar o pensamento de Prebisch/CEPAL, de 1949, o autor destaca que "a preocupação central não era com uma 'teoria do desenvolvimento', mas com a explicação de desigualdades entre economias nacionais que se estavam acentuando através do comércio internacional" (CARDOSO, 1993a:183). Cardoso também indica a deficiência da concepção cepalina que compreende que a exploração ocorre ao nível do comércio (deterioração dos termos de intercâmbio) e não nas mediações sociais no processo produtivo (mais-valia) (CARDOSO, 1993a:198)<sup>82</sup>.

Contudo, uma das críticas mais contundentes ao pensamento dualista foi feita por Francisco de Oliveira, que vai desde a visão moralista do desenvolvimento<sup>83</sup>, até as idéias de subdesenvolvimento<sup>84</sup> e da dependência.

Ao enfatizar o aspecto da dependência - a conhecida relação centro-periferia - os teóricos do "modo de produção subdesenvolvido" quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações (OLIVEIRA, 1987:12)<sup>85</sup>.

Na mesma perspectiva segue a crítica que Mantega faz sobre o pensamento cepalino em relação à concepção de capitalismo e da dinâmica da apropriação da riqueza:

Assim, para a CEPAL, se havia responsáveis pela miséria e pelo atraso das populações periféricas, deveriam ser localizados nos latifúndios feudais ou arcaicos, ou em quaisquer outras atividades pré-capitalistas associadas com o imperialismo comercial. O subdesenvolvimento nada mais é, portanto, do que a ausência de capitalismo e não o seu resultado. Persiste, no entanto, silêncio a respeito da luta de classes ou das possíveis contradições entre a burguesia industrial e o proletariado, as duas classes fundamentais do novo modo de produção que se propõe consolidar (MANTEGA, 1992:42).

O que Mantega, Oliveira e Weffort (WEFFORT, 1980:165-181) deixam claro é que o ponto de partida à discussão da apropriação da riqueza (mais-valia) deve ser o processo produtivo,

as relações imediatas e mediatizadas do trabalho e suas relações de classe.

Mas, por que este ponto de partida não está presente no pensamento de Prebisch? Sua concepção de desenvolvimento nos países periféricos “de industrialização tardia”, mesmo ele não sendo simpático aos pressupostos livre-cambistas, mas, ao contrário, um renomado crítico da teoria das vantagens comparativas e da deterioração dos termos de intercâmbio, seu pensamento se insere dentro da ordem capitalista, ou melhor, sua crítica não é contestatória do capitalismo. A saída keynesiana apresentava-se como a via de transição ao desenvolvimento, onde o Estado teria um papel essencial.

A crítica ao pensamento de Prebisch não se reduz simplesmente ao seu ponto de partida no estudo do desenvolvimento (industrialização como necessidade de demanda), mas entre suas proposições e a realidade concreta, à sua concepção humanizante do capitalismo. Sua idéia a respeito da função social dos ganhos de produtividade nas remunerações (salários e lucros), da tecnologia moderna e do capital (externo e interno), conflitam com a perspectiva que ele próprio almejava: superar a insuficiência. Em outras palavras, a industrialização gera concentração e pobreza, independentemente da inversão idealista do pesquisador (cf. MANTEGA, 1992:77-133)<sup>86</sup>.

Para ele, o imperativo capitalista é universal e universalizante. O avanço tecnológico levaria, normalmente, todos os países e/ou regiões para um estado de desenvolvimento industrial dinâmico, isto é, do capitalismo moderno resultaria naturalmente às melhorias das condições de vida da população (distribuição de renda no conjunto social). Só que, na periferia, por motivo do seu atraso tecnológico e seus obstáculos externos e internos, o caminho para o desenvolvimento dinâmico seria distinto do centro, cabendo ao Estado a função de ser o sujeito histórico da dinamização industrial (progresso) e da desobstacularização, e não ao livre jogo dos interesses individuais. Para Prebisch o imperialismo se reduz a diferença do desenvolvimento e suas vantagens produtivas (deterioração dos termos de intercâmbio e estrangulamento externo e interno). Uma vez igualando-se os níveis de produtividade tecnológica, estabelecer-se-ia um equilíbrio na distribuição de renda no mercado internacional, via intercâmbio.

Portanto, para ele, a exploração imperialista centro-periferia não é a cara do capitalismo internacionalizado, mas apenas uma etapa do seu desenvolvimento tecnológico ainda desigual. O maior

problema da periferia está na sua dependência tecnológica do centro. Não produzindo “sua tecnologia”, seu progresso produtivo depende da compra de tecnologia exógena. A dependência permaneceria vigente enquanto a própria periferia não fosse capaz de produzi-la ou não conseguisse acompanhar sua incessante inovação<sup>87</sup>.

Também se aplica à concepção de Prebisch a observação que Weffort fez sobre o pressuposto teórico do nacional e do internacional na teoria da dependência<sup>88</sup>, ou quem sabe, como ele mesmo indica, das classes sociais no imperialismo?

Por fim, outras interrogações que podem ser feitas a este pensamento dizem respeito à concepção de classe social, de Estado<sup>89</sup> e suas imbricações nas teias do processo produtivo e no conjunto das relações de poder entre os interlocutores sociais.

A pergunta mais instigadora sobre esse assunto refere-se ao questionamento acerca de quem são, para Prebisch, os construtores da história social. Com certeza, o intelectual argentino deveria conhecer a crítica do capitalismo na perspectiva marxiana ou “marxista”. Todavia, em Prebisch não está presente a dimensão da diversidade orgânica dos indivíduos em relação à geração social da riqueza e do “lado” excludente na construção da hegemonia política (relações sociais de poder entre os sujeitos históricos).

## Notas

(\*) Este artigo, com algumas alterações, faz parte do primeiro capítulo da dissertação **CEPAL: Desenvolvimento Econômico, Integração e Agricultura**, apresentado junto ao programa de Pós-Graduação em História Ibero-Americana, da PUCRS.

<sup>1</sup> A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Secretaria das Nações Unidas, foi criada em 1949, tendo como função principal tratar dos assuntos do desenvolvimento da América Latina e Caribe. Raúl Prebisch foi, sem dúvida, o Secretário Executivo que mais marcou o pensamento cepalino nos anos 50 e 60. Sobre a vida de Prebisch e sua indicação para esta função na CEPAL, cf.: FURTADO, In: IBGE, 1993: 21-24.

<sup>2</sup> Neste estudo o pensamento de Raúl Prebisch não será separado do cepalino, pois, pela historicidade, não haveria como fazê-lo na medida em que o pensamento da CEPAL tem na pessoa de Prebisch, seu principal

idealizador. No entanto, optou-se por dar preferência à indicação de Prebisch. Celso Furtado fez um comentário fundamental sobre os caminhos da CEPAL e a contribuição de Raúl Prebisch no artigo "O Manifesto dos Periféricos" (cf. FURTADO, 1985:53-63).

<sup>3</sup> Para uma leitura sobre a evolução do pensamento da CEPAL/Prebisch, cf. HAFFNER, 1996:85 ss.

<sup>4</sup> "... uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa cumprir o fim social de elevar o nível de vida, é dispor dos melhores equipamentos de maquinaria e instrumentos, e aproveitar prontamente o progresso da técnica em sua regular renovação" (PREBISCH, 1949:49).

<sup>5</sup> "... digo que a capacidade de crescimento da população é infinitamente maior do que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o homem. (...) A população, quando não obstaculizada aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética" (MALTHUS, 1982:57).

<sup>6</sup> "É certo que o aumento demográfico é extraordinário. Nos primórdios de século havia na América Latina 63 milhões de habitantes e esta densidade demográfica crescia na razão de 1.8 por cento anual. Agora somos 220 milhões e nos multiplicamos numa taxa anual de 2.9 por cento que parece elevar-se mais ainda" (PREBISCH, 1964: 11).

"No último quinquênio dos trinta, a taxa de crescimento demográfico era de 1.9% e a população tendia duplicar-se a cada 37 anos. Agora, no começo dos setenta, essa taxa tem passado para 2.9%, a qual significa duplicar-se a cada 25 anos" (PREBISCH, 1970:27).

<sup>7</sup> "A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo" (MANTEGA, 1992:34).

<sup>8</sup> "Introduzindo pela primeira vez os conceitos de centro e periferia, Prebisch os define a partir da noção de desenvolvimento econômico, vinculada ao progresso técnico. Do centro fariam parte as economias nas quais não só as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro como se difundiram homoganeamente para todos os setores produtivos, e da periferia, as economias que ainda usavam técnicas atrasadas de produção" (GOLDENSTEIN, 1994: 26).

<sup>9</sup> Para esta proposição foram consultadas algumas fontes (obras) do próprio autor e outros estudos realizados sobre Prebisch/CEPAL.

<sup>10</sup> "Quando iniciei minha carreira como jovem economista e professor durante os anos vinte acreditava firmemente nas teorias neoclássicas. (...) Entretanto, a tremenda repressão da primeira grande crise do capitalismo - a depressão mundial - gerou em mim graves dúvidas sobre estas crenças" (PREBISCH, 1983:1007).

<sup>11</sup> "O ponto de partida da teoria do comércio internacional é a 'lei das vantagens comparativas' formulada por Ricardo. Em termos simples,

Ricardo assinala que o comércio internacional levará a especialização da produção por países de acordo com os custos relativamente menores da mão-de-obra e que este processo gerará ganhos para todos os países” (CARDOSO, 1993a:30).

<sup>12</sup> Para uma leitura da formação desta teoria (clássica e neoclássica) e as variantes dos autores, confira CARDOSO, 1993a:30-32. “Mais tarde, os economistas neoclássicos refizeram e aprofundaram a teoria de Ricardo. Seria necessário comparar não apenas o custo do trabalho, mas também o do capital e o da terra para estabelecer as vantagens comparativas na produção entre os países” (CARDOSO, In: IBGE, 1993:26).

<sup>13</sup> Para Prebisch, nesse ensaio, as vantagens do aumento da produtividade possibilitam, por um lado, a redução do custo de produção, e, por outro, o aumento da remuneração dos trabalhadores e dos empresários. “O pensamento econômico dominante de então fundava sua análise na ‘teoria das vantagens comparativas’, cuja premissa básica era a de que os frutos do progresso técnico seriam repartidos igualmente entre os países através da queda dos preços dos bens em cuja produção houvesse incorporação de novas tecnologias. O corolário desta tese era que os países produtores de bens primários não só não precisavam como não deviam industrializar-se pois produziram com menor eficiência e perderiam as vantagens que o comércio lhes dava” (GOLDENSTEIN, 1994:25 - nota 7).

<sup>14</sup> “... a teoria do equilíbrio estável é, muitas vezes admitida como dominante, no fato subsequente de que o conceito do equilíbrio está ligado ideologicamente às resistentes preferências da harmonia de interesses, do *laissez-faire* e do livre-câmbio” (MYRDAL, 1968:226).

<sup>15</sup> A abordagem neoclássica “ainda insistia na eficiência da livre concorrência para engendrar o equilíbrio econômico que deveria conduzir à alocação supostamente ótima dos recursos produtivos” (MANTEGA, 1992:24).

<sup>16</sup> Sobre esta questão veja o comentário da concepção marxista sobre imperialismo feito por Fernando H. Cardoso (CARDOSO, 1993a:33).

<sup>17</sup> Confira na tabela abaixo as variações negativas dos preços dos produtos primários em relação aos industriais finais. É possível perceber uma acentuação da deterioração e não se pode deixar em branco uma associação com a dependência imperialista e, coincidência ou não, do avanço tecnológico (2ª Revolução Industrial). A grande queda no período de 1931-35, de 62.0%, é marca da grande depressão econômica que eclodiu em 1929. As duas guerra mundiais também resultaram num interregno do comércio e da “ordem” mundial.

**TABELA - 01: DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE INTERCÂMBIO ENTRE PRODUTOS PRIMÁRIOS E INDUSTRIAIS FINAIS - DE ACORDO COM OS DADOS DO BORD OF TRADE (Base - 1876-80 = 100%)**

Período	Deterioração (%)	Período	Deterioração (%)
1876-80	100.0	-- -- (*)	-- (*)
1881-85	102.4	1921-25	67.3
1886-90	96.3	1926-30	73.3
1891-95	90.1	1931-35	62.0
1896-1900	87.1	1936-38	64.1
1901-05	84.6	-- -- (**)	-- (**)
1906-10	85.8	1946-47	68.7
1911-15	85.8		

**FONTE:** Apud: PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas" In: *Revista Brasileira de Economia*. p. 94.

Obs.: Tabela readequada para este estudo.

(\*) 1916-20: Período que envolveu a Primeira Guerra Mundial.

(\*\*) 1939-45: Período que envolveu a Segunda Guerra Mundial.

<sup>18</sup> "... os cálculos publicados pelas Nações Unidas em 1949, os quais estimavam em 40% a desvalorização dos produtos primários desde os fins do século XIX até a véspera da última guerra mundial" (EMMANUEL, In: PALLOIX, 1981:24).

<sup>19</sup> Nesta obra de 1949, Prebisch destaca o movimento ondulatório (crises de superprodução) do desenvolvimento capitalista nos países centrais, sendo que a retração dos salários encontra seu limite na força organizativa do operariado, que é, nesse entendimento, conforme o comentário de Mantega, a mola mestra do avanço da produtividade e da redistribuição de renda: "a classe trabalhadora torna-se, digamos assim, a mola mestra do desenvolvimento à medida que obriga os capitalistas a procurar incessantemente novos métodos de produção, novas técnicas produtivas" (MANTEGA, 1992:91)

<sup>20</sup> Para Prebisch, o "exército industrial de reserva" constituía-se numa das contingências da periferia: "Ao contrário, nos países periféricos, a pressão relativamente forte da mão-de-obra deslocada, ou que procura deslocar-se dificulta consideravelmente a ação sindical" (PREBISCH, 1964:103).

<sup>21</sup> Sobre esse assunto cf. PIRES, In: *Revista de Economia Política*. 1981: 85-109

<sup>22</sup> "... a capacidade de compra de exportações latino-americanas em termos de bens importados cresceu de apenas 23% de 1950 a 1962, ou seja, muito menos que 2% ao ano" (DELL, 1966:20).

<sup>23</sup> "Nisto está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais, não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas à sua própria economia, mas, ainda, estão em posição favorável para captar uma parte do que surge no progresso técnico da periferia" (DELL, 1966:20). Cf. GOLDENSTEIN, 1994:26; CARDOSO, 1993a:35; MANTEGA, 1992:37; e, principalmente PREBISCH, 1964:97-102.

<sup>24</sup> PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Sua primeira edição brasileira, de 1964, foi a tradução da obra: CEPAL. *Hacia*

**una dinámica del desarrollo latinoamericano.** Argentina, mayo de 1963.

<sup>25</sup> Sobre esta obra Fernando H. Cardoso faz o seguinte comentário: "As teses centrais permaneceram, voltando-se inclusive a falar do caráter *temporário* da necessidade de recursos externos. Não obstante, no documento que resume o pensamento cepalino dos primeiros anos da década de sessenta passam a ser introduzidos *aspectos sociais*. Contraditoriamente, o que poderia ter sido um *acrescentamento* à teoria, foi fator de perturbação quanto à análise da acumulação e do desenvolvimento" (CARDOSO, 1993a: 61).

<sup>26</sup> Outra diferença significativa entre centro e periferia está na mobilidade da mão-de-obra. No centro existe um deslocamento inter-indústria e uma absorção significativa e crescente da população economicamente ativa nas atividades industriais: "A segunda diferença essencial está em que, nos grandes centros industriais, a absorção de mão-de-obra proveniente da produção primária e de outras atividades expelentes avançou de maneira considerável, e a proporção de população ativa que ficou nessas atividades é relativamente pequena" (PREBISCH, 1964:102).

<sup>27</sup> Maria da Conceição Tavares especifica a natureza e as formas do estrangulamento externo: "uma de caráter 'absoluto', que corresponde a uma capacidade para importar estancada ou declinante, e outra de caráter 'relativo', que se identifica com uma capacidade para importar que cresce lentamente a um ritmo inferior ao do produto. A primeira forma de estrangulamento será geralmente relacionada com as contrações do comércio internacional pelas quais têm passado os produtos primários. A segunda por sua vez, está associada às tendências de longo prazo das exportações dos mesmos" (TAVARES, 1983:36).

<sup>28</sup> "A própria situação da produção agrícola nos grandes centros industriais, apesar do seu desenvolvimento, o está demonstrando. Também ali se nota uma tendência para a deterioração da relação de preços, que não é incompatível com a aptidão dos salários industriais para captar o incremento de produtividade, em detrimento das atividades primárias" (PREBISCH, 1964:104).

<sup>29</sup> "O período de pós-guerra assiste a um grande crescimento da economia mundial, em resposta a uma profunda internacionalização do capital produtivo (e posteriormente financeiro) e a uma prolongada integração dos mercados à escala global. Este processo é liderado pela grande empresa norte-americana e pelo sistema de filiais internacionais a ela associado e representa uma difusão para o resto do mundo - primeiro para a Europa e depois para a periferia - dos padrões de produção (industrial e agrícola) e de consumo já implementados e em consolidação na sociedade norte-americana" (DELGADO, 1992: 6).

<sup>30</sup> Com matiz keynesiano, isto é, o Estado passa a ser um agente regulador da economia, seja para intervir nas relações de trabalho, seja

para “socializar” as perdas ou direcionar os interesses privados. Caberia ao Estado evitar a anarquia da produção e as crises de realização do capital.

<sup>31</sup> “Na realidade, esta política, desfavorável para os países periféricos, começa com a grande depressão mundial, porque, antes dela, nem o protecionismo era exagerado (...) nem havia restrições diretas ou excedentes que liquidar” (PREBISCH, 1964:86). (grifo nosso)

<sup>32</sup> “... a solução para este problema consiste em corrigir a insuficiência dinâmica do desenvolvimento, sem deixar de seguir uma política de remunerações que reflita o incremento de produtividade nas atividades primárias” (PREBISCH, 1964:107).

<sup>33</sup> Com estruturas sócio-econômicas “herdadas” do sistema colonial que na visão cepalina eram consideradas atrasadas.

<sup>34</sup> “... as importações deviam cobrir faixas inteiras de bens de consumo terminados e praticamente o total dos bens de capital necessários ao processo de investimento induzido pelo crescimento exógeno da Renda” (TAVARES, 1983:31).

<sup>35</sup> “... a tecnologia dos centros havia penetrado principalmente na exportação primária e nas atividades relacionadas, o que respondia a suas necessidade; em mudanças, não havia penetrado nas outras atividades onde era muito baixa a produtividade de uma grande parte da força de trabalho” (PREBISCH, In: *El Trimestre Económico*, 1983:1080).

<sup>36</sup> Um excelente estudo sobre as alianças político-sociais na América Latina contemporânea é a obra de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto (CARDOSO e FALETTO, [1ª ed. 1970]).

<sup>37</sup> “Sustenta-se que as sociedades latino-americanas pertenceriam a um tipo estrutural denominado geralmente “sociedade tradicional” e que se está produzindo a passagem a outro tipo de sociedade chamada “moderna” (CARDOSO e FALETTO, [1ª ed. 1970]:16-17).

<sup>38</sup> “Essa emergência se torna possível no momento de crise aguda do sistema liberal-oligárquico que explode com a crise de 1929, e propicia uma ruptura da hegemonia política oligárquica. Essa crise de hegemonia, quando nenhuma fração de classe tem força suficiente para assumir o poder, oferece a possibilidade do surgimento dos regimes populistas na América Latina” (PRADO, 1986:11-12).

<sup>39</sup> “Essa transição está diretamente ligada às crises econômicas e políticas do capitalismo mundial, com a Primeira Grande Guerra, a depressão econômica iniciada em 1929 e a Segunda Grande Guerra, além de outras de menor vulto” (IANNI, 1989:107).

<sup>40</sup> O Estado Populista, planejador e principal agente do restabelecimento do crescimento econômico, apresenta-se, ideologicamente, acima das classes e grupos sociais (pacto social). “Segundo a nova ótica keynesiana, as forças de mercado, deixadas a si mesmas, estariam longe de promover

a alocação ótima de recursos, causando, pelo contrário, capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Nesse sentido, fazia-se necessária a intervenção mais decidida do Estado na economia ...” (MANTEGA, 1992:25).

<sup>41</sup> Para uma leitura introdutória à “crise” do modelo agro-exportador e do Estado Oligárquico latino-americano confira as seguintes indicações: MIRES, 1988; PRADO, 1986; IANNI, 1989. Para o Brasil: WEFFORT, 1980.

<sup>42</sup> “Nos anos em que persistiram os efeitos da grande depressão, e no após-guerra - para não mencionar o próprio conflito mundial - não se pôde pensar que os grandes países industriais abrissem as suas portas à exportação de manufaturas periféricas. Nem tampouco que os países latino-americanos estivessem dispostos a lutar pelo mercado externo, uma vez que a fácil substituição de importações lhes oferecia um mercado interno crescente e seguro, amparado por toda a espécie de defesas contra a importação. Não se apresentava, pois, o problema da necessidade vital das exportações industriais” (PREBISCH, 1964:88-89).

<sup>43</sup> Para Mantega o nacionalismo e a hostilidade ao capital estrangeiro limitava-se ao discurso político (MANTEGA, 1992:39).

<sup>44</sup> “Na realidade, o termo “substituição de importações”, adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais” (TAVARES, 1983:38).

<sup>45</sup> “... toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações” (OLIVEIRA, 1987:12).

<sup>46</sup> Cardoso e Faletto chamam este período de “auge da substituição fácil de importações” (CARDOSO e FALETTO, [1ª ed. 1970]:124).

<sup>47</sup> “A substituição inicia-se, normalmente, pela via mais fácil da produção de bens de consumo terminados, não só porque a tecnologia nela empregada é em geral, menos complexa e de menor intensidade de capital, como principalmente porque para estes é maior a reserva do mercado, quer a preexistente quer a provocada pela política de comércio exterior adotada como medida de defesa” (TAVARES, 1983:42).

<sup>48</sup> Em relação a segunda etapa na formação de seu pensamento, cf.: PREBISCH, in: **El Trimestre Económico**, 1983:1078-1084. O próprio título da obra é sugestivo em relação ao pensamento de Prebisch sobre as vicissitudes do modelo de substituição de importações. A industrialização estava em andamento, porém alguns problemas teriam que ser resolvidos.

<sup>49</sup> Para uma discussão sobre os juízos de valor implícitos numa visão deficitária de determinada sociedade (cultura), confira a obra de CLASTRES, 1990:132-152

<sup>50</sup> “Poupar significa deixar de consumir e, portanto, é incompatível com certas formas peculiares de consumo em grupos com rendas relativamente altas” (PREBISCH, 1964:73).

<sup>51</sup> Nesta época Prebisch vê a “inflação como instrumento de poupança coletiva” (PREBISCH, 1964:77).

<sup>52</sup> “O aumento da renda média, por habitante, só poderá ser conseguido de dois modos, *Primeiro* pelo aumento da produtividade e, *segundo*, dada uma determinada produtividade, pelo aumento da renda, por homem, na produção primária, com respeito às rendas dos países industriais que importam parte dessa produção” (PREBISCH, 1964:79).

<sup>53</sup> Também aí se percebe sua visão positiva de desenvolvimento (progresso). A tecnologia moderna resolveria o paradigma malthusiano.

<sup>54</sup> “Este incentivo às exportações industriais, bem como às de produtos primários, não poderia circunscrever-se à órbita dos mercados existentes. É indispensável modificar a estrutura geográfica do intercâmbio, além de sua composição” (PREBISCH, 1964:16).

<sup>55</sup> “É chegado o momento de abandonar a atitude tão freqüente de atribuir somente a fatores externos o ritmo insuficiente do desenvolvimento latino-americano, como se não existiram fatores internos muito importantes que o obstacularizaram” (PREBISCH, 1970:10).

<sup>56</sup> Já foram trabalhadas no início desta parte. São elas: a divisão internacional do trabalho (centro-periferia) exposta na crítica à teoria das vantagens comparativas, e, à deterioração dos termos de intercâmbio.

<sup>57</sup> “Esta foi sobretudo uma etapa de crítica para fins dos anos cinqüenta e princípios dos sessenta; crítica da política e das idéias econômicas, em resposta as mudanças que estavam ocorrendo no processo de desenvolvimento e para minha melhor compreensão de seus problemas” (PREBISCH, In: **El Trimestre Económico**, 1983:1084).

<sup>58</sup> A partir de 1959, a Revolução Cubana passou a ser outro referencial de mudança social, política e econômica. A “modernização” passou a ser uma preocupação norte-americana, que apresentou aos seus periféricos, a proposta da Aliança para o Progresso, em 1961.

<sup>59</sup> Após o período de “estado de guerra” na revolução soviética, o próprio Lenin considerava necessário uma política de recuperação da economia do país, sob orientação do Estado, mas sem um caráter específico do “modelo” socialista. Essa proposta resultou na Nova Política Econômica (NEP), levada a efeito de 1921 a 1929, e vista como possibilidade de “transição” ao socialismo (um passo em frente, dois passos atrás). Primeiro era preciso deixar “renascer” o comércio privado para restabelecer o crescimento econômico rural (agrário) e urbano (industrial) e a respectiva circulação dos produtos (comércio), para, após isso, estabelecer uma organização estatal da economia, com seus planos quinquenais (prioridade industrial). Cf.: CARR, 1981.

Segundo Prebisch, a América Latina, para avançar em seu desenvolvimento, teria que saltar para frente, mas sem voltar passos atrás.

<sup>60</sup> No pensamento de Prebisch esta celeridade se distingue de uma possível acumulação primitiva de capital ao nível das nações ou da Europa Ocidental (modelo clássico capitalista ou revolução industrial). A própria origem do capital (acumulação primitiva), segundo Marx, não pode ser reduzida às condições econômicas em si (economicismo), muito menos à formação de poupança interna, mas sim, conforme seu próprio texto, num estudo de caso da gênese do modo de viver capitalista, na Grã-Bretanha. Ele se propôs estudar, portanto, o processo das transformações históricas, das condições sociais dos indivíduos e da gênese de novas formas e funções das relações sociais. Enfim, seu estudo trata, nada mais nada menos, do que a contingência humana. No conjunto das mudanças históricas, alguns indivíduos passaram a encontrar-se enquanto despossuídos e/ou expropriados dos meios mínimos à vida (sobrevivência) e mesmo dos direitos consuetudinários e naturais (do indivíduo), pois constituem-se novas legalidades e legitimidade sociais (do cidadão), enquanto trabalhadores livres (proprietário de si e da sua prole); outros, enquanto proprietários de significativas quantidades de meios de produção, transformaram-nos em capital (relação), segundo as novas formas e funções (finalidades) de uso privado. Partindo dessa perspectiva e abordagem, seu objeto de estudo dizia respeito às relações sociais historicamente construídas na concretude da práxis cotidiana. Cf. MARX, 1988. Segundo Thomas Morus, no início dos tempos modernos, na Grã-Bretanha, “as ovelhas devoram seres humanos” (MORUS, Apud: MARX, 1988:835). Fernando Antônio de Novalis, em sua inversão idealista (estruturalista), anacrônica, ao tratar de outra dinâmica, superestima o papel do mundo colonial no processo da acumulação primitiva, argumentando, inclusive, que a exploração colonial acelerou a realização histórica da revolução industrial, reduzindo-a, em grande parte, a um dado montante de poupança interna acumulada na Europa (via comércio local, nacional e internacional) e que, “após crescido o bolo”, seria “injetada” nos meios fabris (investimentos produtivos em maquinarias e contratação de mão-de-obra). O autor utiliza-se da obra de Marx para sustentar sua argumentação. Porém, Marx acentuou a dinâmica social interna européia (Inglaterra), enquanto tensões. O sistema colonial fazia parte do mundo moderno, mas não era o centro das mudanças sociais geradoras, ou melhor, gestadoras internas da “acumulação primitiva”. O sistema colonial tampouco poderia acelerar o que estava em processo: a própria realização histórica da acumulação originária (novas relações entre indivíduos e compreensões de sociabilidade). Além do mais, Novalis, ao fazer a leitura

das categorias históricas “acumulação primitiva” ou “origem do capital” de Marx, com sua inversão racionalista, compromete-as de tal maneira, que abstrai delas todo sentido real, histórico e social marxiano Cf. NOVAIS, 1985.

<sup>61</sup> Ao analisar a trajetória do pensamento de Prebisch, Fernando H. Cardoso fez o seguinte comentário sobre o conteúdo da obra de 1970: “Prebisch conseguiu, num de seus textos mais ecléticos (*Transformación y Desarrollo: la gran tarea de América Latina*, de 1970), tragar várias modas: a questão do excesso de população e de seu crescimento acelerado, os malefícios relativos da tecnologia *capital-intensive*, a dependência, as deformações da ocupação, etc.” (CARDOSO, 1993a:69)

<sup>62</sup> Paradigma malthusiano.

<sup>63</sup> “Ali o crescimento demográfico é possivelmente maior do que a porcentagem geral anual de 2,9 por cento. Porém só permaneceu na atividade agrícola na casa dos 1,5 por cento no último decênio” (PREBISCH, 1964:33).

<sup>64</sup> Para uma leitura sobre o significado do exército industrial de reserva e sua relação com a ocupação da mão-de-obra e dos salários, porém não na perspectiva de Prebisch, cf. MARX, 1987:125-132

“... o deslocamento de camponeses para as cidades e a forma precária em que lá são absorvidos” (PREBISCH, 1964:34).

<sup>65</sup> Compare este processo latino-americano com os demais casos apresentados na tabela abaixo. Além de ser “tardia” se comparada com os exemplos utilizados, houveram grandes diferenças no processo de desenvolvimento entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, Suécia, Itália e França.

**TABELA - 02: IMPORTÂNCIA RELATIVA DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA TRANSFERÊNCIA CAMPO-CIDADE (ÊXODO RURAL)**

PAÍSES	ANOS EM QUE REPRESENTAVA		
	63%	42%	Duração do processo de diminuição (em anos)
	(sobre a força de trabalho total)		
Estados Unidos	1855	1890	35
Suécia	1890	1924	34
América Latina	1930	1969	39
Itália	1860	1950	90
França	1827	1921	94

**FONTE:** Para Estados Unidos, Suécia, Itália e França: Simón Kuznets. *Industrial distribution of National Product and Labour Force: Economic Development and Cultural Change*, Suplemento al vol. V, n.º 4, Chicago, julho 1957; Para América Latina: ILDES. Apud: PREBISCH, Raúl. *Transformación e desarrollo...*, p. 33

<sup>66</sup> “O consumo nas camadas superiores da sociedade dirige-se também com frequência a produtos de indústrias que absorvem relativamente pouca mão-de-obra e muito capital, enquanto que no resto da população ocorre o contrário” (PREBISCH, 1964:41).

<sup>67</sup> "Calcula-se que 2% da população do continente possuem mais da metade da sua riqueza, enquanto que a maioria do restante vive em condições da mais extrema pobreza" (DELL, 1966:12).

<sup>68</sup> "A tremenda desigualdade na posse da terra latino-americana é uma das causas básicas da sua pobreza e tensão social. Calculam alguns que cerca de três quartos de todas as fazendas da região têm menos de 20 hectares, representando menos de 4% da área total arável. Por outro lado, 1,55 de todas as fazendas tem mais de 1.000 hectares e representam 65% da terra cultivável. É o maior grau de concentração de propriedade existente no mundo em território de semelhante extensão" (DELL, 1966:12).

<sup>69</sup> Cabe lembrar que Prebisch fazia reservas à solução colonizadora (expansão das fronteiras agrícolas) para o problema da terra, pois não atacaria a necessidade da redistribuição de renda, da correção da deterioração dos preços e, acima de tudo, manteria o poder do latifúndio intacto (privilégio e o mando e desmando político).

"Não seria fácil seguir esta tendência extensiva [expansão da fronteira agrícola]; primeiro, porque tem diminuído a quantidade de terra facilmente acessível e, segundo, pelo enorme investimento que significa incorporar novas terras e prepará-las produtivamente.

Além disso, para que fazê-lo se são muito grandes as possibilidades de aumentar a produção nas terras já ocupadas?" (PREBISCH, 1964:50).

<sup>70</sup> "O ponto de partida para alcançar esta mobilidade social está na educação" (PREBISCH, 1964:60).

<sup>71</sup> "... a doutrina da CEPAL adquire uma coloração nacionalista, orientada para promover a acumulação capitalista em bases locais e com natural hostilidade em relação ao imperialismo comercial e financeiro, baseado na exploração agro-exportadora" (MANTEGA, 1992:39).

<sup>72</sup> "Ao atuar nesta forma como agente de propagação nacional do progresso técnico, a empresa estrangeira cumpriria no desenvolvimento latino-americano um papel muito diferente do que realizou no passado, sem desconhecer toda a importância que seu desempenho teve no desenvolvimento para fora". (PREBISCH, 1964:72).

<sup>73</sup> Para evitar a competição desigual entre a iniciativa privada local e a estrangeira, Prebisch sugeriu a parceria entre ambos. "Aqui, como em todas as outras atividades industriais, a associação da iniciativa estrangeira com a latino-americana pode ser uma solução muito conveniente, do ponto de vista da irradiação tecnológica, assim como da melhor conveniência com os interesses nacionais" (PREBISCH, 1964:72).

Por mais que esta questão esteve muito clara no pensamento cepalino dos anos 50/60, não é difícil encontrar discussões do "radicalismo nacionalista" dos governos populistas desenvolvimentistas. Este "equivoco" se deve a indissociação dos discursos propagandísticos de

caráter populista dos governos com os efetivos projetos de desenvolvimento urbano-industrial. Mantega esclarece muito bem esse assunto: "Para não dizer que a CEPAL era totalmente liberal com o capital estrangeiro, deve-se enunciar as restrições que ela postulava, concernente à participação de empresas estrangeiras em transporte ferroviário, energia e demais setores de serviços públicos ou de segurança nacional" (MANTEGA, 1992:41).

<sup>74</sup> "A partir de 1950, mais ou menos, os investimentos estrangeiros serão feitos também no setor produtivo orientado para o mercado interno, o que imporá novas limitações e dará novas possibilidades ao desenvolvimento" (CARDOSO e FALETTO, [1ª ED. 1970]:90).

<sup>75</sup> "O problema das industrializações tardias é o de copiar uma estrutura produtiva resultante da 'segunda revolução industrial', que tem como base a indústria pesada que não pode ser implantada passo a passo, como o foi no caso das indústrias leves. A indústria pesada tem de ser implantada em bloco, com uma escala mínima e um determinado padrão tecnológico, obrigando à realização de vultosos investimentos simultâneos" (GOLDENSTEIN, 1994:62).

<sup>76</sup> "No decorrer do período 1945-1955, a América Latina sofreu um processo rápido de desenvolvimento econômico que, apesar de ter criado uma taxa crescente de crescimento demográfico, permitiu à região como um todo manter o crescimento do produto per capita em 2,7% anualmente. A expansão econômica satisfatória foi possível devido, em parte, ao crescente poder aquisitivo das exportações, numa alta taxa idêntica. Este importante fator foi ajudado pelo processo de substituição das importações através da industrialização, e uma considerável entrada de capital estrangeiro permitiu o aumento contínuo do volume de investimento requerido pela rápida taxa de crescimento econômico da região" (WIONCZEK, 1966:97-98).

<sup>77</sup> "É difícil acreditar (...) que este processo de substituição possa ser obtido com a fragmentação da economia latino-americana em vinte mercados nacionais individuais" (WIONCZEK, 1966:98).

<sup>78</sup> "... a inferioridade técnica e econômica da iniciativa latino-americana, em confronto com a proeminente dos grandes centros industriais (...) A formação do mercado comum oferece uma oportunidade muito propícia para abordar a solução deste aspecto" (PREBISCH, 1964:121).

<sup>79</sup> "Os países da Associação Latino-Americana de Comércio Livre produzem praticamente todas as matérias-primas básicas, (...). Se eliminassem os direitos de importação para estas matérias-primas básicas, e elaborassem uma tarifa comum para terceiros países, poderiam obter uma importante substituição de importações de fora da Zona" (PREBISCH, 1964:116).

<sup>80</sup> Os obstáculos da terra e a necessidade das mudanças na estrutura

fundiária e da distribuição de renda (reforma agrária, produtividade, eliminação da deterioração dos termos de intercâmbio internos e a urgência na retenção das vantagens da produtividade/remunerações) para a massa dos trabalhadores rurais continuavam presentes na discussão da integração. Para Prebisch o papel da agricultura na dinâmica do capitalismo (modernização agrícola) não poderia se limitar à oferta de alimentos baratos para os consumidores urbanos. Neste ponto é possível notar que o autor manifesta algumas reservas à modernização conservadora na agricultura e seus resultados negativos na redistribuição de renda no meio urbano na inter-relação entre cesta básica barata e salários baixos.

Uma discussão fundamental sobre a produção agrícola voltada para o mercado interno e seu peso na exploração da força de trabalho urbano (relação capital/trabalho) pode ser vista na seguinte passagem de Oliveira: "De um lado, por seu sub-setor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo. (...) De outro lado, por seu sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo da alimentação principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial" (OLIVEIRA, 1987:20)

<sup>81</sup> "O que está acontecendo na indústria automotriz é bem ilustrativo. Não só há vários países tratando de fazer o mesmo, como há também uma proliferação inaudita de projetos anti-econômicos num mesmo país" (PREBISCH, 1964:118). "O mercado latino-americano para automóveis de passageiros - estimado em pouco mais de 300.000 unidades anuais - deverá dividir-se por um número próximo aos 40 fabricantes atuais e potenciais, ao passo que cada um dos principais fabricantes europeus entrega ao mercado de 250 a 500.000 unidades anuais" (PREBISCH, 1964:118-nota 2).

<sup>82</sup> Para uma leitura introdutória, mas ao mesmo tempo limitada, da diferenciação entre o ponto de partida da crítica da divisão internacional de trabalho da tese da deterioração dos termos de intercâmbio e da troca desigual cf.: PALLOIX, 1981

<sup>83</sup> "Prebisch espera que os países industrializados 'reformem' seu comportamento elevando seus pagamentos pelos produtos agropecuários que compram da América Latina e rebaixando o preço dos bens que vendem" (OLIVEIRA, 1987:10-11/nota 2).

<sup>84</sup> "... o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado' (OLIVEIRA, 1987:12).

<sup>85</sup> Uma definição mais realista das categorias **dependência**,

**subdesenvolvimento, centro e periferia** foi feita por Cardoso e Faletto: "A noção de **dependência** alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômica e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de **subdesenvolvimento** caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo (...) sem acentuar as pautas e controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções '**centro**' e '**periferia**', por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência" (CARDOSO e FALETTO, [1ª ed. 1970]: 27).

<sup>86</sup> Sobre a influência do pensamento cepalino no Brasil e o ecletismo (miscelânea) a-histórico produzido pelo ISEB, cf. TOLEDO, 1982.

<sup>87</sup> O "motor" da inovação tecnológica está na organização e pressão operária que luta por melhores salários e suas garantias. Esta só é possível com a inovação técnica que compensa a transferência de renda aos salários pela redução dos custos de produção, mantendo as taxas de lucros dos empresários. A periferia estruturalmente estaria prejudicada pela sua insuficiência nesse jogo.

<sup>88</sup> "... de fato, a 'teoria da dependência' gira em torno de algum tipo de teoria do **imperialismo**. A questão é saber: que tipo de teoria? Socialista ou pequeno-burguesa radical?" (WEFFORT, 1980:177).

<sup>89</sup> As discussões destas concepções não fazem parte do presente estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, [1ª ed. 1970].

CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993a.

\_\_\_\_\_; "Raúl Prebisch: um precursor da integração latino-americana" In: IBGE. *MERCOSUL: sinopse estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993b. v. 1 p. 25-30

CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. 52 ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

DELGADO, Nelson e outros. *Integração Econômica Regional*,

- Estratégias Agroindustriais e Grupos Sociais Rurais: o caso do MERCOSUL.** Rio de Janeiro, dezembro/1992. (digitado)
- DELL, Sidney. **Mercado Comum Latino-Americano: Utopia ou Realidade?**. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1966.
- EMMANUEL, Arghiri. "A troca desigual" In: PALLOIX, Christian e outros. **Imperialismo e Comércio Internacional (a troca desigual)**. São Paulo: Global, 1981. p. 23-57
- FURTADO, Celso. "O Manifesto dos Periféricos" In: \_\_\_\_\_; **A Fantasia Organizada**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 53-63
- \_\_\_\_\_; "O Manifesto dos Periféricos" In: IBGE. **MERCOSUL: sinopse estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. v. 1 p. 21-24
- GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HAFFNER, Jacqueline. **CEPAL: Uma Perspectiva Sobre o Desenvolvimento Latino-Americano**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1996.
- IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MALTHUS: *economia*. /org. Tamás Szmrecsányi/, São Paulo: Ática, 1982. (**Grandes Cientistas Sociais**, 24)
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 7. ed.; Petrópolis: Vozes, 1992.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Liv. I, v. II cap. XXIV e XXV
- MARX: *sociologia*. /Octavio Ianni, org./ São Paulo: Ática, 1987. (**Grandes Cientistas Sociais**, 10)
- MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista" In: \_\_\_\_\_; **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. vol. I p. 21-47
- MIRES, Fernando. **Las Revoluciones Sociales en América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1988.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968.
- NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 1987.
- PALLOIX, Christian e outros. **Imperialismo e Comércio Internacional (a troca desigual)**. São Paulo: Global, 1981.
- PIRES, Eginardo. "Deterioração dos termos de troca e intercâmbio

- desigual” In: *Revista de Economia Política*. abril-junho/1981, Vol. 1, n.º 2. p. 85-109
- PRADO, Maria Lígia. *O Populismo na América Latina*. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PREBISCH, Raúl. “Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo” In: *El Trimestre Económico*. (abril-janeiro, 1983) 98. p. 1077-1096
- \_\_\_\_\_; *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_; “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas” In: *Revista Brasileira de Economia*. FGV, set/1949. Ano 3, n.º 3 p. 47-95
- \_\_\_\_\_; “Os Obstáculos ao Mercado Comum Latino-Americano” In: WIONCZEK, Miguel e outros. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 160-174
- \_\_\_\_\_; *Transformación y Desarrollo: la gran tarea de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1970.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 11. ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- TOLEDO, Caio Nayarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1982.
- WEBER: *sociologia*. /Gabriel Cohn, org./, 3. ed., São Paulo: Ática, 1986. (Gr. Cientistas Sociais, 13)
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WIONCZEK, Miguel e outros. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.